

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	80
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.233
Preferenciais	0
Total	2.233

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.950.121	1.812.428
1.01	Ativo Circulante	233.303	91.067
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	109.227	8.188
1.01.03	Contas a Receber	20.176	0
1.01.03.01	Clientes	20.176	0
1.01.03.01.01	Venda de participação	20.176	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.695	27.176
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.695	27.176
1.01.07	Despesas Antecipadas	75	22
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	77.130	55.681
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	72.480	42.118
1.01.08.03	Outros	4.650	13.563
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a receber	0	8.801
1.01.08.03.03	Outros Créditos	3.522	3.438
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	1.128	1.324
1.02	Ativo Não Circulante	1.716.818	1.721.361
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.776	40.980
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	39.749	38.681
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	39.749	38.681
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	100.027	2.299
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.340	2.299
1.02.01.09.04	Venda de participação	76.071	0
1.02.01.09.05	Outros créditos - Venda Elog	21.616	0
1.02.02	Investimentos	1.573.912	1.677.086
1.02.02.01	Participações Societárias	1.573.912	1.677.086
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.194.413	1.294.690
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	379.499	382.396
1.02.03	Imobilizado	2.853	2.975
1.02.04	Intangível	277	320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.950.121	1.812.428
2.01	Passivo Circulante	438.355	428.648
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.618	10.880
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.618	10.880
2.01.02	Fornecedores	250	520
2.01.03	Obrigações Fiscais	925	229
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	925	229
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	925	229
2.01.05	Outras Obrigações	426.562	417.019
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	424.171	414.666
2.01.05.02	Outros	2.391	2.353
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7	7
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.384	2.346
2.02	Passivo Não Circulante	763.353	725.157
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	85.466	84.053
2.02.01.02	Debêntures	85.466	84.053
2.02.02	Outras Obrigações	677.887	641.104
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	652.033	640.347
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	652.033	640.347
2.02.02.02	Outros	25.854	757
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar - Venda Elog	25.110	0
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	744	757
2.03	Patrimônio Líquido	748.413	658.623
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	-28.346	27.446
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.655	51.472
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	-50.534	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	270.277	270.277
2.03.04.01	Reserva Legal	27.415	27.415
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	242.862	242.862
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	145.582	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	167.128	127.090
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.391	-9.230
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	154	143
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.897	-4.338
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimentos	-2.897	-4.338
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	178.262	140.515
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	178.262	140.515
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	167.128	127.090
3.06	Resultado Financeiro	-20.477	-29.069
3.06.01	Receitas Financeiras	3.084	2.372
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.561	-31.441
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	146.651	98.021
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	146.651	98.021
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-1.069	-231
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-1.069	-231
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	145.582	97.790
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26162	0,17573
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,25861	0,17355

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	145.582	97.790
4.03	Resultado Abrangente do Período	145.582	97.790

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-18.227	-35.256
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-19.144	-56.274
6.01.01.01	Lucro Líquido	146.651	98.021
6.01.01.02	Resultado das operações descontinuadas	-1.069	-27.500
6.01.01.03	Depreciação e amortização	170	168
6.01.01.04	Plano de opções com base em ações	107	343
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-178.262	-140.515
6.01.01.06	Amortização de ágio em investimentos	2.897	4.338
6.01.01.08	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.413	0
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-41	-65
6.01.01.12	Juros de mútuos ativos	-1.256	-1.161
6.01.01.13	Juros de mútuos passivos	10.246	10.097
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	917	21.018
6.01.02.01	Tributos a recuperar	481	4.763
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-53	-234
6.01.02.05	Outros creditos	-84	107
6.01.02.06	Fornecedores	-270	-407
6.01.02.07	Obrigacoes sociais e trabalhistas	-262	-607
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuicoes a recolher	696	-2.313
6.01.02.10	Outras contas a pagar	25	108
6.01.02.12	Partes relacionadas	384	19.601
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	108.321	143.806
6.02.01	Dividendos recebidos	241.842	171.421
6.02.02	Aquisicao de imobilizado e intangivel	-5	0
6.02.03	Partes relacionadas - mútuos	0	3.887
6.02.04	Investimento em Controladas - aporte de capital	-10.401	-31.502
6.02.05	Investimento líquido das operações descontinuadas	-123.115	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.945	0
6.03.04	Partes relacionadas	10.945	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	101.039	108.550
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.188	3.096
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	109.227	111.646

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.792	0	0	0	-55.792
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	183	0	0	0	183
5.04.08	Alienação/Aquisição de participação dos acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	145.582	0	145.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	145.582	0	145.582
5.07	Saldos Finais	360.900	-28.346	270.277	145.582	0	748.413

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	541	-105.014	0	0	-104.473
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	541	0	0	0	541
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	0	0	-105.014
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.790	0	97.790
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.790	0	97.790
5.07	Saldos Finais	360.900	26.800	7.791	97.790	0	493.281

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.276	-1.663
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.276	-1.663
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.276	-1.663
7.04	Retenções	-2.913	-4.506
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-170	-168
7.04.02	Outras	-2.743	-4.338
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-2.897	-4.338
7.04.02.02	Outras despesas e receitas líquidas	154	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.189	-6.169
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	181.346	142.656
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	178.262	140.515
7.06.02	Receitas Financeiras	3.084	2.372
7.06.03	Outros	0	-231
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	175.157	136.487
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	175.157	136.487
7.08.01	Pessoal	4.717	7.067
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.413	6.516
7.08.01.02	Benefícios	186	277
7.08.01.03	F.G.T.S.	118	274
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.789	31.630
7.08.03.02	Aluguéis	228	189
7.08.03.03	Outras	23.561	31.441
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	146.651	97.790
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	146.651	97.790

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	8.722.362	7.815.758
1.01	Ativo Circulante	2.915.348	2.139.393
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.480.530	1.607.979
1.01.02	Aplicações Financeiras	67.602	60.234
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	67.602	60.234
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	67.602	60.234
1.01.03	Contas a Receber	173.415	149.537
1.01.03.01	Clientes	153.239	149.537
1.01.03.01.01	Clientes	152.809	148.954
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	430	583
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.176	0
1.01.03.02.03	Venda de participação	20.176	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	76.606	55.686
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	76.606	55.686
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.023	7.977
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	103.172	257.980
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	77.435	231.916
1.01.08.03	Outros	25.737	26.064
1.01.08.03.02	Outros créditos	25.737	26.064
1.02	Ativo Não Circulante	5.807.014	5.676.365
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	677.733	575.962
1.02.01.06	Tributos Diferidos	358.013	356.491
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	358.013	356.491
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	12.835	13.801
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	306.885	205.670
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	189.072	188.470
1.02.01.09.05	Outros créditos	7.441	7.598
1.02.01.09.06	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	12.685	9.602
1.02.01.09.07	Venda de participação	76.071	0
1.02.01.09.08	Outros créditos - Venda Elog	21.616	0
1.02.02	Investimentos	1.078	1.071
1.02.02.01	Participações Societárias	1.078	1.071
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.078	1.071
1.02.03	Imobilizado	528.403	537.499
1.02.04	Intangível	4.599.800	4.561.833

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	8.722.362	7.815.758
2.01	Passivo Circulante	1.408.412	1.759.574
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56.919	67.677
2.01.01.01	Obrigações Sociais	56.919	67.677
2.01.02	Fornecedores	71.850	89.544
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	71.850	89.544
2.01.03	Obrigações Fiscais	41.638	40.151
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	41.638	40.151
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	37.598	36.075
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	4.040	4.076
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.001.457	1.149.516
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	73.482	74.658
2.01.04.02	Debêntures	927.975	1.074.858
2.01.05	Outras Obrigações	52.079	50.266
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.626	15.594
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.626	15.594
2.01.05.02	Outros	45.453	34.672
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.163	7
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	8.358	13.488
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	34.932	21.177
2.01.06	Provisões	179.514	172.622
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	39.053	24.551
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	39.053	24.551
2.01.06.02	Outras Provisões	140.461	148.071
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	82.943	90.503
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	57.518	57.568
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	4.955	189.798
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	4.955	189.798
2.02	Passivo Não Circulante	6.469.691	5.299.614
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.965.566	4.849.100
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	490.040	508.710
2.02.01.02	Debêntures	5.475.526	4.340.390
2.02.02	Outras Obrigações	75.641	49.720
2.02.02.02	Outros	75.641	49.720
2.02.02.02.07	Outras Contas a pagar	50.531	49.720
2.02.02.02.08	Outras Contas a pagar - Venda Elog	25.110	0
2.02.03	Tributos Diferidos	16.325	16.767
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.325	16.767
2.02.04	Provisões	412.159	384.027
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	197.598	197.208
2.02.04.01.05	Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	197.598	197.208
2.02.04.02	Outras Provisões	214.561	186.819
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	206.084	179.121
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras	8.477	7.698
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	844.259	756.570

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	-28.346	27.446
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.655	51.472
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação/Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	-50.534	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	270.277	270.277
2.03.04.01	Reserva Legal	27.415	27.415
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	242.862	242.862
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	145.582	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	95.846	97.947

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	788.302	712.954
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-398.240	-340.387
3.03	Resultado Bruto	390.062	372.567
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.406	-52.320
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.377	-52.714
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.964	394
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	349.656	320.247
3.06	Resultado Financeiro	-103.664	-128.707
3.06.01	Receitas Financeiras	45.511	35.124
3.06.02	Despesas Financeiras	-149.175	-163.831
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	245.992	191.540
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-95.264	-90.069
3.08.01	Corrente	-97.228	-89.699
3.08.02	Diferido	1.964	-370
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	150.728	101.471
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-1.069	-231
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-1.069	-231
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	149.659	101.240
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	145.582	97.790
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.077	3.450
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26162	0,17573
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,25861	0,17355

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	149.659	101.240
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	149.659	101.240
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	145.582	97.790
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.077	3.450

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	355.741	311.539
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	534.210	443.589
6.01.01.01	Lucro Líquido das operações continuadas	150.728	101.471
6.01.01.02	Lucro/Prejuízo das operações descontinuadas	-1.069	-31.113
6.01.01.03	Depreciação e amortização	113.534	101.831
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	77	1.157
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arr.mercan	129.014	141.735
6.01.01.06	Variação monetária com o Poder Concedente	344	948
6.01.01.07	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	2.059	-2.029
6.01.01.08	Atualização monetária s/ provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	1.564	2.498
6.01.01.09	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-1.166	-2.186
6.01.01.10	Reserva de Capital - Premio de Opções	183	551
6.01.01.11	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7	0
6.01.01.12	Tributos Diferidos	-1.964	370
6.01.01.13	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	13	539
6.01.01.14	Capitalização de juros	-6.511	-3.497
6.01.01.15	Provisão para manutenção	26.963	20.624
6.01.01.16	Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	7.830	8.693
6.01.01.17	Levantamento dos depósitos judiciais	2.064	431
6.01.01.18	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1.020	-1.772
6.01.01.19	Obrigações com Poder Concedente	14.346	13.639
6.01.01.20	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	97.228	89.699
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-178.469	-132.050
6.01.02.01	Clientes	-3.868	16.580
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-20.920	1.303
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-5.080	-1.702
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-1.646	-3.474
6.01.02.05	Outros créditos	484	-870
6.01.02.06	Fornecedores	-17.694	-25.169
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-10.758	-5.258
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.523	-1.225
6.01.02.09	Empresas relacionadas	-8.968	7.098
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-1.434	3.387
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-82.726	-85.857
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-3.233	-1.119
6.01.02.13	Pagamento de Provisão para manutenção e construção de obras	-14.661	-25.862
6.01.02.14	Empresas relacionadas - Clientes	153	0
6.01.02.15	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-9.641	-9.882
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-303.083	-91.797
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-135.971	-87.267
6.02.05	Pagamento de dividendos a acionistas não controladores	0	-6.420
6.02.06	Stock Options - acionistas não controladores	3	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.02.07	Aporte de capital- acionistas não controladores	0	1.890
6.02.08	Aquisição de participação de acionistas não controladores	-44.000	0
6.02.09	Investimento líquido das operações descontinuadas	-123.115	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	819.893	-9.212
6.03.01	Obrigações com Poder Concedente	-10.179	-10.379
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	-9.285	-31
6.03.03	Captação de arrend mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	899.977	49.885
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	-34.899	-26.232
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-36	15
6.03.10	Juros Pagos	-25.685	-22.470
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	872.551	210.530
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.607.979	589.504
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.480.530	800.034

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.947	756.570
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.947	756.570
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.792	0	0	0	-55.792	-4.022	-59.814
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	183	0	0	0	183	3	186
5.04.08	Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975	-4.025	-60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	145.582	0	145.582	4.077	149.659
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	145.582	0	145.582	4.077	149.659
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-2.156	-2.156
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	0	0	-2.156	-2.156
5.07	Saldos Finais	360.900	-28.346	270.277	145.582	0	748.413	95.846	844.259

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	541	-105.014	0	0	-104.473	-4.520	-108.993
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	1.890	1.890
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	541	0	0	0	541	10	551
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	0	0	-105.014	-6.420	-111.434
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.790	0	97.790	3.450	101.240
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.790	0	97.790	3.450	101.240
5.07	Saldos Finais	360.900	26.800	7.791	97.790	0	493.281	71.513	564.794

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	903.493	820.825
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	751.188	710.306
7.01.02	Outras Receitas	25.560	23.394
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	126.745	87.125
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-249.286	-202.605
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-232.597	-184.209
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.689	-18.396
7.03	Valor Adicionado Bruto	654.207	618.220
7.04	Retenções	-144.916	-138.667
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-113.534	-101.831
7.04.02	Outras	-31.382	-36.836
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	509.291	479.553
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.518	35.124
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7	0
7.06.02	Receitas Financeiras	45.511	35.124
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	554.809	514.677
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	554.809	514.677
7.08.01	Pessoal	76.446	79.898
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.219	62.772
7.08.01.02	Benefícios	13.714	13.257
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.513	3.869
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	170.109	161.109
7.08.02.01	Federais	132.281	125.403
7.08.02.02	Estaduais	1	0
7.08.02.03	Municipais	37.827	35.706
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	157.526	172.199
7.08.03.01	Juros	97.844	112.589
7.08.03.02	Aluguéis	8.351	8.368
7.08.03.03	Outras	51.331	51.242
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	150.728	101.471
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	146.651	98.021
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.077	3.450

Comentário do Desempenho**RESULTADOS CONSOLIDADOS****Receita Bruta Consolidada por Segmento**

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Concessões Rodoviárias	695,0	657,5	5,7%
Receita de Construção	126,7	87,1	45,5%
Ecoporto Santos	78,8	73,7	7,0%
Serviços	47,5	49,0	-3,1%
Eliminações	(44,6)	(46,5)	-4,1%
RECEITA BRUTA	903,5	820,8	10,1%
(-) Receita de Construção	(126,7)	(87,1)	45,5%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA	776,7	733,7	5,9%

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Natureza

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Pessoal	76,4	79,9	-4,3%
Conservação e Manutenção	19,4	19,3	0,5%
Serviços de Terceiros	43,7	44,0	-0,6%
Seguros, Poder Concedente e Locações	26,1	26,2	-0,6%
Outros	14,7	14,1	4,4%
CUSTOS CAIXA	180,4	183,5	-1,7%
Custo de Construção de Obras	126,7	87,1	45,5%
Provisão para Manutenção	27,0	20,6	30,7%
Depreciação e Amortização	113,5	101,8	11,5%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	447,7	393,1	13,9%

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$447,7 milhões no 1T18 (+13,9%), devido principalmente aos incrementos de depreciação e amortização em função da maior base de ativos e de custos de construção em função de obras na ECO101 e Ecovias dos Imigrantes. **Desconsiderando depreciação e amortização, provisão para manutenção, custo de construção, os custos caixa atingiram R\$180,4 milhões no 1T18, redução de 1,7%, mesmo com a inflação de 2,7% no período.**

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Concessões Rodoviárias	155,3	154,3	0,6%
Ecoporto Santos	30,0	30,0	0,0%
Serviços e Holding	39,8	45,5	-12,5%
Eliminações	(44,7)	(46,3)	-3,6%
CUSTOS CAIXA	180,4	183,5	-1,7%
Custo de Construção de Obras	126,7	87,1	45,5%
Provisão para Manutenção	27,0	20,6	30,7%
Depreciação e Amortização	113,5	101,8	11,5%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	447,7	393,1	13,9%

Os custos caixa do trimestre tiveram aumento de R\$1,0 milhão (+0,6%) no segmento de concessões rodoviárias, abaixo da inflação de 2,7% no período, demonstrando resiliência na gestão de custos do principal segmento da Companhia. Os custos caixa no Ecoporto Santos se mantiveram em linha, conforme detalhado na página 12; e os custos do segmento Holding e Serviços tiveram redução de R\$5,7 milhões (-12,5%), conforme detalhado na página 11.

Comentário do Desempenho

EBITDA Pró-forma por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	1T18	Margem	1T17	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	479,8	75,6%	446,5	74,3%	7,5%
Ecoporto Santos ²	7,9	27,2%	(1,8)	n.m.	n.m.
Serviços e Holding	2,4	5,6%	(2,0)	n.m.	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA	490,1	74,1%	442,7	70,7%	10,7%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA³	661,6		625,8		5,7%

¹ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

² Considera outras receitas no valor R\$8,7 milhões advindas de créditos do Fundaf no 1T18

³ Exclui receita de construção

O EBITDA pró-forma, **creceu 10,7%** totalizando R\$490,1 milhões no 1T18 e a margem EBITDA foi de 74,1%, crescimento de +3,4p.p. quando comparado com o 1T17, devido, principalmente, à melhora do resultado do segmento de concessões rodoviárias que teve incremento de R\$33,3 milhões (+7,5%) e também dos resultados do Ecoporto (+R\$9,7 milhões) e das empresas de Serviços e Holding (+R\$4,4 milhões).

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
Juros sobre Debêntures	(85,4)	(92,5)	-7,7%
Varição Monetária sobre Debêntures	(25,9)	(26,0)	-0,5%
Juros sobre Financiamentos	(12,4)	(20,1)	-38,1%
Varição Monetária sobre Direito de Outorga	(0,3)	0,9	-136,3%
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(1,2)	(0,6)	97,1%
Receitas de Aplicações Financeiras	25,8	22,4	14,9%
Ajuste a Valor Presente	(7,8)	(8,7)	-9,9%
Outros Efeitos Financeiros	3,7	(4,2)	-188,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(103,7)	(128,7)	-19,5%

O resultado financeiro do 1T18, apresentou redução de 19,5%, sendo as variações mais representativas destacadas abaixo:

- Juros sobre debêntures: queda de R\$7,1 milhões em função da redução do CDI e decréscimo do *spread* das novas emissões;
- Juros sobre financiamentos: redução de R\$7,7 milhões em função da queda do CDI;
- Varição monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos: aumento de R\$0,6 milhão devido, principalmente, à valorização do Dólar em relação ao Real no 1T18 (+0,5%);
- Receita de aplicações financeiras: aumento de R\$3,4 milhões devido a maior disponibilidade de caixa e compensado pela redução do CDI;
- Outros efeitos financeiros: resultado positivo em função do reconhecimento de crédito do Fundaf do Ecoporto no valor de R\$7,4 milhões (Conforme explicado na página 12).

Os **Juros pagos** no 1T18 totalizaram R\$25,7 milhões, aumento de 14,3% quando comparado ao 1T17 (conforme DFC no Anexo IV página 17).

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$95,3 milhões no 1T18, aumento de 5,8%. Para mais informações sobre a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, vide nota explicativa 13.b disponível nas Demonstrações Financeiras.

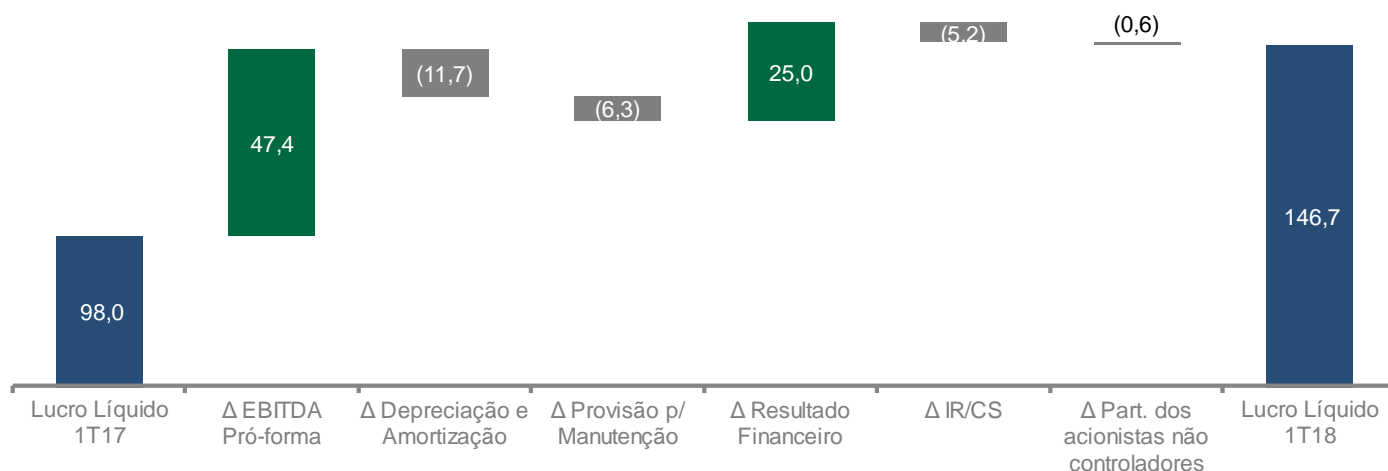
Comentário do Desempenho

Lucro Líquido Comparável

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R\$)	1T18	1T17	Var.
LUCRO LÍQUIDO¹	146,7	98,0	49,6%

¹ Exclui itens não recorrentes: efeitos dos resultados dos ativos mantidos para venda

Evolução do Lucro Líquido Comparável por Natureza (em milhões de R\$)



O lucro líquido comparável foi de R\$146,7 milhões (+49,6%) no 1T18, impactado positivamente pelo aumento no EBITDA pró-forma comparável (+R\$47,4 milhões) e pela menor despesa financeira (+R\$25,0 milhões) e compensado pela maior amortização e depreciação (-R\$11,7 milhões).

Disponibilidade Financeira e Endividamento

A dívida bruta da Ecorodovias atingiu R\$6.967,0 milhões em março de 2018, aumento de 16,1% em relação a dezembro de 2017, em função da emissão de debêntures no Ecorodoanel no valor de R\$900,0 milhões em março de 2018 que será utilizada para pagamento da outorga fixa dessa concessão. A emissão foi realizada em série única, com taxa de 119% do CDI e 2 anos de prazo de vencimento.

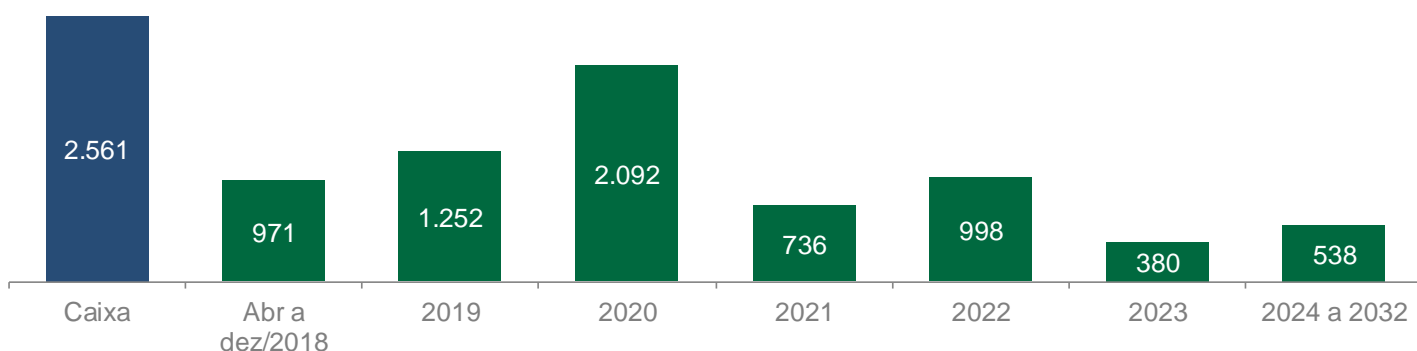
A dívida bruta, em 31/03/2018, era composta por 86% de vencimentos no longo prazo. O total de caixa e equivalentes totalizou R\$2.560,8 milhões em março de 2018, e possui a proporção de 2,6x a dívida com vencimento de curto prazo. No anexo V da página 18 encontra-se tabela com detalhamento da dívida bruta.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	31/03/2018	31/12/2017	Var.
Curto Prazo	1.001,5	1.149,5	-12,9%
Longo Prazo	5.965,6	4.849,1	23,0%
Dívida Bruta Total	6.967,0	5.998,6	16,1%
(-) Caixa e equivalentes	2.560,8	1.677,8	52,6%
Dívida Líquida	4.406,2	4.320,8	2,0%
DÍVIDA LÍQUIDA/ EBITDA PRÓ-FORMA udm	2,45x	2,47x	-0,02x

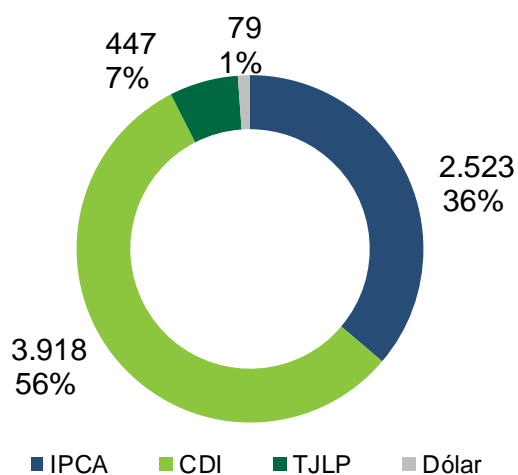
Em 13 de abril de 2018 a Companhia emitiu R\$130 milhões em debêntures em série única, com taxa de CDI+1,25% e 2 anos de prazo de vencimento para aporte nos novos projetos.

Comentário do Desempenho

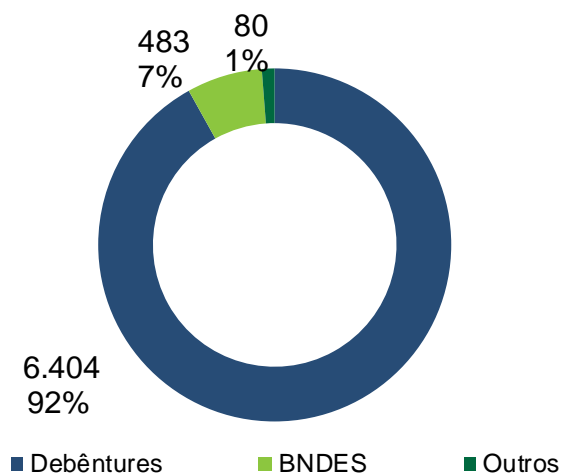
Cronograma de amortização da dívida bruta (em milhões de R\$) em 31/03/2018:



Dívida Bruta – 31/03/2018
por indexador (em milhões de R\$ e %)



Dívida Bruta – 31/03/2018
por instrumento (em milhões de R\$ e %)



Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX (em milhões de R\$)	1T18		TOTAL
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	
Concessões Rodoviárias	140,9	14,7	155,6
Ecovias dos Imigrantes	23,8	5,2	29,0
Ecopistas	30,5	1,9	32,4
Ecovia Caminho do Mar	3,2	0,4	3,6
Ecocataratas	15,3	5,4	20,7
Ecosul (100%)	17,0	1,7	18,7
ECO101 (100%)	49,0	-	49,0
Ecoponte	2,1	0,1	2,2
Ecoporto Santos	0,6	-	0,6
Outros¹	1,0	-	1,0
CAPEX	142,5	14,7	157,1

¹ Considera Serviços e Holding

Os principais investimentos nas concessões rodoviárias foram a implantação do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto na Ecopistas, as duplicações da ECO101 e obras para a implantação da marginal norte da Rodovia Anchieta na Ecovias dos Imigrantes. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões rodoviárias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui sete concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopatio Cubatão) e um ativo portuária (Ecoporto) em seis estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia (“Grupo EcoRodovias”) estão sumariadas na Nota Explicativa nº 10.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 17 de abril de 2018.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017”), publicadas no dia 1 de março de 2018 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas das novas exigências, exceto pela aplicação do CPC 47 Receitas de Contrato com Clientes.

A Companhia identificou que com a aplicação do CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes no segmento portuário há novas exigências de apresentação relativas as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume, os ajustes no período atual reduziram a receita de vendas R\$40.295 (R\$36.831 em 31 de março de 2017 para fins de comparabilidade ajustados, na nota explicativa nº 23), em relação aos serviços nos segmentos de concessões de rodovias e logística a Companhia não identificou impactos relevantes.

Notas Explicativas

	31/03/2017		
	Originalmente apresentado	Aplicação CPC 47	Ajustado
Receitas com arrecadação de pedágio	636.652	-	636.652
Receitas de construção	87.125	-	87.125
Receitas portuárias	73.653	-	73.653
Receitas acessórias	22.367	-	22.367
Receitas de prestação de serviços <i>intercompany</i>	1.027	-	1.027
Receita bruta total	820.824	-	820.824
Deduções de receita	(71.039)	(36.831)	(107.870)
Receita líquida	749.785	(36.831)	712.954

	31/03/2017		
	Originalmente apresentado	Aplicação CPC47	Ajustado
<u>Base de cálculo de impostos</u>			
Receitas com arrecadação de pedágio	636.652	-	636.652
Receitas portuárias	73.653	-	73.653
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	23.394	-	23.394
	733.699	-	733.699
<u>Deduções</u>			
Cofins	(29.038)	-	(29.038)
PIS	(6.295)	-	(6.295)
ISS	(35.706)	-	(35.706)
Dedução do reconhecimento da receita	-	(36.831)	(36.831)
Abatimentos	-	-	-
	(71.039)	(31.831)	(107.870)

4. Reclassificações efetuadas pela Administração

A Administração das controladas indiretas Ecovias, Ecocataratas, Ecopistas e Ecovia realizaram a reclassificação de R\$8.833, R\$5.376, R\$4.568 e R\$3.323, respectivamente, entre as rubricas de "Imobilizado" e "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, refletindo assim nas Demonstrações consolidadas da Companhia. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Edificações" e "Instalações".

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado	559.605	(22.100)	537.505
Intangível	4.539.727	22.100	4.561.827
	5.099.332	-	5.099.332

A Administração realizou a reclassificação nas rubricas "Adições", "Encargos financeiros", "Pagamento principal" e "Pagamento de juros", no valor total de R\$105, na movimentação da nota de "Empréstimos e Financiamentos", bem como na "Demonstração do fluxo de caixa" em 31 de março de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a inclusão e apresentação da rubrica "Arrendamento mercantil financeiro".

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Saldo no início do período	823.505	-	823.505
Adições	-	127	127
Encargos financeiros	20.677	7	20.684
Pagamento principal	(21.243)	(22)	(21.265)
Pagamento de juros	(10.063)	(7)	(10.070)
Saldo no fim do período	812.876	105	812.981

Notas Explicativas

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$3.497 entre as rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras” para o exercício findo em 31 de março de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas “Juros capitalizados” e “outros”.

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Receitas financeiras			
Juros capitalizados	-	3.497	3.497
Despesas financeiras			
Outros	(2.309)	(3.497)	(5.806)
	(2.309)	-	(2.309)

5. Operações descontinuadas

a) Venda de participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou naquela data, Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A., pelo valor de R\$90.000 a serem liquidados em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela atualização do CDI a partir da data da conclusão. A conclusão da alienação estava sujeita a verificação de certas condições precedentes, as quais incluíam: (i) comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, recebida em 01 de março de 2018; (ii) aprovação do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, a qual foi aprovada sem restrições em 27 de dezembro de 2017; (iii) a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. para a Companhia, ocorrida em 08 de fevereiro de 2018; e (iv) o pagamento da totalidade da dívida da Elog, ocorrida em 08 de março de 2018. A conclusão da operação se deu em 07 de março de 2018, com a efetiva transferência de quotas. Em 31 de março foi apurado o “ajuste do preço de compra” prévio no montante de R\$7.319, totalizando assim a venda em R\$97.319.

O valor da perda na venda deste investimento foi registrado em junho de 2016, quando da classificação do mesmo para a rubrica “ativos e passivos mantidos para venda”.

A alienação da Elog S.A. é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual para perdas de natureza trabalhista e de R\$20 para perdas de qualquer outra natureza, e o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do preço de aquisição, ambos atualizados pelo CDI a partir da data de fechamento. Indenização Especial: Na eventualidade, durante o prazo de 5 (cinco) anos da data de fechamento, a licença CLIA Santos for cancelada, revogada, ou extinta exclusivamente em decorrência da Execução Fiscal vigente, a Companhia deverá pagar a compradora uma indenização de R\$4.000 corrigido pela Atualização Monetária IPC-A a contar da data do fechamento.
- (ii) O prazo de pagamento das indenizações será em 30 de abril de cada ano, ou quando o valor total das perdas indenizáveis acumuladas exceder R\$500, o que ocorrer primeiro, sendo que no segundo caso a indenização deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação;
- (iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais existentes, pertencerão a Companhia e a compradora deverá transferi-los em até 10 (dez) dias úteis contados do seu efetivo recebimento e apuração de todos os custos, despesas, impostos e eventuais perdas.

Em 31 de março de 2018, a Companhia reconheceu em seu resultado o montante de (i) R\$19.282 referentes aos passivos indenizatórios identificados na data de fechamento; (ii) R\$5.828 para eventuais perdas indenizáveis; e (iii) R\$21.616 referentes aos depósitos judiciais existentes. O montante está registrado na rubrica "Resultado de operações descontinuadas".

b) Ativos e passivos mantidos para a venda

Com base na estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias, em junho de 2016 a Companhia também classificou como operação descontinuada seu investimento no segmento logístico Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Em atendimento ao item 9 do CPC31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia informa que continua firmemente comprometida com o seu plano de venda do Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Conforme previsto na Deliberação CVM 598/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada), os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de Ativos e Passivos de operações descontinuadas e suas informações não fazem mais parte das informações consolidadas da Companhia.

Estes ativos e seus passivos associados devem estar mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de vendas.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos mantidos para venda compreendem:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>		<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	Combinado (**)	Combinado (*)		Combinado (**)	Combinado (*)
Ativo:			Passivo		
Caixa e equivalentes de caixa	2.579	7.691	Fornecedores	1.672	12.341
Clientes	7.178	33.018	Empréstimos e Financiamentos	51	668
Partes relacionadas	-	17	Debêntures	-	124.905
Impostos a recuperar	61	1.184	Impostos e contribuições a recolher	512	2.273
Despesas antecipadas	276	674	Obrigações sociais e trabalhistas	1.015	6.932
Outros créditos	437	9.564	Partes relacionadas	251	509
Tributos diferidos	4.056	59.278	Outras contas a pagar	449	6.890
Depósitos judiciais			Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	1.005	35.280
	513	48.407			
Imobilizado	60.691	66.477			
Intangível	1.644	5.606			
Total ativo mantido para venda	77.435	231.916	Total passivo mantido para venda	4.955	189.798

(*) Os valores referem-se aos ativos e passivos combinados das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., já ajustados ao valor justo.

(**) Os valores referem-se aos ativos e passivos da empresa Ecopátio Logística Cubatão Ltda., pois conforme nota explicativa nº 5.b, a empresa Elog S.A. foi alienada e o montante da alienação está registrado na rubrica "contas a receber de venda de empresas"

Uma avaliação foi realizada para determinar o valor justo, da empresa Ecopátio Logística Cubatão Ltda, no qual se baseou em múltiplos de transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado e na própria transação da Elog Sul com a Multilog S.A..

O resultado na avaliação a valor justo em decorrência da classificação como ativos e passivos mantidos para venda está demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2018</u>
Valor de venda (a)	70.000
Caixa líquido (b)	2.480
Valor patrimonial dos ativos e passivos mantidos para venda (c)	72.480

- Valor estimado para alienação da Ecopátio Logística Cubatão Ltda.
- Refere-se ao valor ao caixa líquido em 31 de março de 2018 da controlada classificada como operação descontinuada.
- Refere-se ao valor líquido entre os ativos e passivos mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de vendas.

Notas Explicativas

O resultado do período de três meses findos em 31 de março de 2018 relacionados às operações descontinuadas são abaixo representados:

Resultado das operações descontinuadas		
	31/03/2018(*)	31/03/2017
Receita líquida	30.190	50.549
Custo dos serviços prestados	(35.334)	(46.513)
Lucro Bruto	(5.144)	4.036
Receitas (despesas) operacionais e financeiras	(68.686)	(7.045)
Resultado financeiro	(12.928)	(5.648)
Resultado Operacional	(86.758)	(8.657)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(56.336)	239
Resultado dos ativos e passivos mantidos para venda	(143.094)	(8.418)
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda (**)	142.025	8.187
Resultado líquido dos ativos e passivos mantidos para venda	(1.069)	(231)

(*) Considera: Elog S.A. (janeiro e fevereiro/2018); Ecopátio (janeiro a março/2018).

(**) Demonstração do ajuste a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda:

	31/03/2018	31/03/2017
Ajuste a valor justo de intangível e imobilizado	-	5.715
Cláusula de indenização contrato compra e venda	(1.033)	-
Ajuste a valor justo (Preço venda x Dívida líquida)	2.964	(5.946)
Aportes realizados (Janeiro a Março)	(54.700)	-
Quitação debêntures	100.881	-
Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	93.913	8.418
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda	142.025	8.187

Fluxo de caixa dos ativos e passivos mantidos para venda		
	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período	(143.094)	(8.418)
Itens que não afetam o caixa	62.888	12.287
Provenientes das mutações patrimoniais	4.346	184
Utilizado nas atividades de investimento	76.332	(399)
Utilizado nas atividades de financiamento	(128.150)	(34.767)
Operações descontinuadas líquido de caixa	(127.678)	(31.113)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	15	14	29.716	38.078
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	109.123	8.032	1.538.430	1.528.089
Operações compromissadas (b)	-	-	7.578	18.030
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	898.266	-
Aplicações automáticas (d)	89	142	6.540	23.782
	109.227	8.188	2.480.530	1.607.979

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de março de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 37,2% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 21,6 % em Operações Compromissadas, 2,3% em Letra Financeira (LF), 38,9% em Letra Financeira do

Notas Explicativas

Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,7% (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas consolidadas são remuneradas à taxa média ponderada de 75% do CDI (79,9% em 31 de dezembro de 2017), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas à curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remuneradas à taxa média ponderada de 100,8% do CDI, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação financeira conhecida como APLIC AUT no Banco Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 29 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

7. Títulos e valores mobiliários - Consolidado

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de investimento (a)	79.510	69.068
Poupança (b)	<u>777</u>	<u>768</u>
	80.287	69.836
Circulante	67.602	60.234
Não circulante	12.685	9.602

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,6% do CDI (97,9% em 31 de dezembro de 2017) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. e para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. apenas operações BNDES.
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecoporto Santos e a controlada indireta Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A – Ecopistas celebram com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 22 de maio de 2017, a controlada indireta Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas realizou a transferência do saldo total conforme finalização do convênio com a CETESB.

8. Clientes - Consolidado

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	128.124	123.216
Receitas acessórias (b)	6.392	5.849
Recebíveis de portos (c)	17.280	16.339
Outras contas a receber	2.537	5.061
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(1.524)	(1.511)
	152.809	148.954

Notas Explicativas

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) Refere-se à constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, substancialmente, das operações dos portos, cuja política de crédito da Companhia determina que sejam títulos vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/03/2018	31/12/2017
A vencer	150.366	144.614
Vencidos:		
Até 30 dias	1.756	1.727
De 31 a 90 dias	573	789
De 90 a 120 dias	114	1.824
Acima de 120 dias	1.524	1.511
	154.333	150.465

Movimentação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do período	1.511	1.368
Valores recuperados e baixados no período	(892)	(346)
Constituição de PECLD no período	905	885
Saldo no final do período	1.524	1.907

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do período	2.299	2.148	188.470	174.013
Adições	-	-	1.646	3.474
Baixas	-	-	(2.064)	(431)
Atualização monetária	41	65	1.020	1.772
Saldo no fim do período	2.340	2.213	189.072	178.828

A natureza dos depósitos judiciais em 31 de março de 2018 são:

	31/03/2018	31/03/2017
Natureza		
Cível	8.685	9.040
Tributário	785	465
Trabalhista	17.823	17.174
Meio Ambiente	49.937	46.065
ISS São Bernardo	9.236	8.128
Desapropriações	23.355	23.780
THC2	76.974	72.025
Outros	2.277	2.151
	189.072	178.828

Notas Explicativas

10. Investimentos

a) Controladora

	Controladas diretas						
	Valores das investidas 31/03/2018		Percentual de participação direta - %		Equivalência patrimonial		
	Patrimônio líquido	Resultado do período	31/03/2018	31/12/2017	Investimento	31/03/2018	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	905.273	175.475	100	100	905.273	175.475	163.896
Ecoporto Santos S.A.	216.485	5.776	100	100	216.485	5.776	(24.965)
ELG-01 Participações Ltda	55.707	(514)	100	100	55.707	(514)	(572)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	17.426	(2.498)	100	100	17.426	(2.498)	2.140
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	5.391	35	20	20	1.078	7	-
EIL-01 Participações Ltda.	336	3	100	100	336	3	5
Concessionária do Rodanel Norte S.A. - Ecorodanel	1	-	100	-	1	-	-
EIL 02 S.A.	2	-	100	100	2	-	-
EIL 03 S.A.	-	-	100	100	-	-	-
EIL 04 S.A.	-	-	100	100	-	-	-
Lucros não realizados	-	-	-	-	(1.895)	13	11
					1.194.413	178.262	140.515
					1.294.690		

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de março de 2018:

Controladas diretas													Controladas indiretas																							
ELG	ELI01	ELI02	Ecoporto	Termares	Ecorodoanel	Ecorodovias Concessões	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecoataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Anish	Paquetá	ELG	ELI01	Ecoporto	Termares	Ecorodovias Concessões	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecoataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Anish	Paquetá							
Ativo	55.707	337	2	733.453	37.961	898.070	4.229.638	251.555	351.380	1.898.919	428.103	1.628.062	619.549	285.146	64.090	11.046																				
Ativo Circulante	78	337	2	50.427	20.578	898.070	1.540.120	70.388	45.281	225.562	67.082	167.122	26.068	71.334	116	46																				
Ativo não circulante	55.629	-	-	683.026	17.383	-	2.689.517	181.167	306.099	1.673.357	361.021	1.460.940	589.481	213.812	63.974	11.000																				
Passivo	55.707	337	2	733.453	37.961	898.070	4.229.638	251.555	351.380	1.898.919	428.103	1.628.062	619.549	285.146	64.090	11.046																				
Passivo Circulante	-	1	-	189.210	10.193	61	639.959	29.367	89.800	144.923	55.485	161.537	79.782	69.529	779	-																				
Passivo não circulante	-	-	-	327.758	10.342	898.008	2.684.406	169.443	224.732	1.355.716	262.477	908.158	311.561	62.246	7.892	-																				
Patrimônio líquido	55.707	336	2	216.485	17.426	1	905.273	52.745	36.848	398.280	110.141	558.367	228.206	153.371	55.419	11.046																				
																Controladas indiretas																				
Receita líquida							19.424		9.575		42.167		80.475		79.671		281.968		95.280		94.226		96.984		33.200											
Custos dos serviços prestados							(16.227)		(9.197)		(21.733)		(29.219)		(37.759)		(104.273)		(56.443)		(75.512)		(60.740)		(12.388)											
Lucro bruto							3.197		378		20.434		51.256		41.912		177.695		38.837		18.714		36.244		20.832											
Despesas gerais e administrativas							(5.602)		(4.203)		(12.267)		(3.703)		(4.580)		(12.284)		(4.185)		(2.121)		(4.710)		(2.225)											
Amortização de investimentos							-		-		(1.398)		-		-		-		-		-		-		-											
Outras receitas/(despesas)							-		4		2		-		(8)		1		-		-		-		-											
Equivalência patrimonial							(515)		-		191.452		-		-		-		-		-		-		-											
Lucro ou (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro							(515)		3.821		198.223		47.553		37.324		165.412		34.652		16.593		31.534		18.607											
Resultado financeiro							1		3		328		328		3		328		328		328		328		328											
Lucro ou (prejuízo) operacional antes dos impostos							(514)		3		57		(3.144)		(4.335)		(22.194)		(5.229)		(4.218)		(21.121)		(1.362)											
Imposto de renda e contribuição social							-		(1)		(456)		-		-		-		(10.653)		(4.229)		(1.773)		(5.370)											
Lucro ou (prejuízo) líquido							(514)		2		175.485		29.563		21.866		96.669		18.770		8.146		8.640		11.875											
Resultado das operações descontinuadas							-		-		-		-		-		-		-		-		-		-											
Resultado das operações continuadas							(514)		2		175.475		29.563		21.866		96.669		18.770		8.146		8.640		11.875											

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Aquisição de minoritários Ecosul	Equivalência patrimonial	31/03/2018
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.018.305	(232.595)	-	63	(55.975)	175.475	905.273
Ecoporto Santos S.A.	200.696	-	10.000	13	-	5.776	216.485
ELG-01 Participações Ltda.	55.821	-	400	-	-	(514)	55.707
Terminais Terminais Marítimos Especializados Ltda.	20.365	(441)	-	-	-	(2.498)	17.426
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.071	-	-	-	-	7	1.078
EIL-01 Participações Ltda.	333	-	-	-	-	3	336
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	-	-	1	-	-	-	1
EIL02 S.A.	2	-	-	-	-	-	2
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Lucros não realizados	(1.903)	(5)	-	-	-	13	(1.895)
	1.294.690	(233.041)	10.401	76	(55.975)	178.262	1.194.413

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital	Outros	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/2017
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	878.786	(137.207)	-	-	171	163.896	905.646
EIL-01 Participações Ltda.	317	-	-	-	-	5	322
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1	-	-	-	1
EIL04 S.A.	-	-	1	-	-	-	1
ELG-01 Participações Ltda.	55.447	-	500	-	-	(572)	55.375
Ecoporto Santos S.A.	45.509	-	31.000	-	26	(24.965)	51.570
Terminais Terminais Marítimos Especializados Ltda.	9.655	-	-	-	-	2.140	11.795
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.017	-	-	-	-	1.017	1.017
Lucros não realizados	(7.676)	-	-	5.716	-	11	(1.949)
	983.056	(137.207)	31.502	5.716	197	140.515	1.023.779

Notas Explicativas

Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2017	Amortização	31/03/2018
Ágio - Ecosul	4.238	(129)	4.109
Ágio - Anish	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	340.414	(2.768)	337.646
	382.396	(2.897)	379.499
	31/12/2016	Amortização	31/03/2017
Ágio - Ecosul	4.753	(130)	4.623
Ágio - Anish	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	357.254	(4.208)	353.046
	399.751	(4.338)	395.413

Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. – "ECS" (controladora direta da Eco101), através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MIMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes a aquisição, pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato. A conclusão da compra está sujeita à verificação de condições precedentes usuais, as quais incluem a comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), aprovação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, este último recebido em 26 de janeiro de 2018.

Em 10 de janeiro de 2018, A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento ao usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor do ágio ofertado, correspondente a R\$883.000.

Notas Explicativas

Em 16 de janeiro de 2018, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), e sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referente a aquisição, pela ECS, de 10% do capital social da Ecosul atualmente detido pela Grant. A ECS pagará R\$60.000 por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44.000) será paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16.000, corrigidos pelo CDI) será paga 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela. A conclusão da compra está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, além da comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, este último recebido em 08 de fevereiro de 2018.

Em 01 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia") e sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A.. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, BNDES e demais credores, bem como a autorização dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GOMG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 05 de dezembro de 2013 e expira em 08 de janeiro de 2044.

Em 06 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia") através de sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Pública Internacional 006/2017, por meio da Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais ("SETOP"), para exploração por 30 anos do lote de rodovias do Estado de Minas Gerais composto pelos seguinte trechos: (i) BR-135, com extensão 301,20 km; (ii) MG-231, com extensão 22,65 km; e (iii) LMG-754, com extensão 40,10 km, totalizando 363,95 km conforme edital. A classificação se deu em razão da maior oferta pela outorga da concessão que será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5,9 milhões com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2,06 bilhões.

b) Consolidado

Valores das investidas 31/03/2018	Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Patrimônio líquido	Resultado do período	35	20	20	1.071	1.071
5.391			1.078	1.071	7	-
			1.078	1.071	7	-

Consórcio Rota do Horizonte S.A.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

a) Controladora

	Taxa média		Custo		Depreciação		Residual			
	Taxa anual de depreciação - %	ponderada de depreciação - %	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/03/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/03/2018	Saldos em 31/12/2017	
Hardwares	20%	7,0%	1.439	-	1.439	(1.233)	(25)	(1.258)	181	206
Máquinas e equipamentos	10%	1,1%	264	-	264	(250)	(1)	(251)	13	14
Móveis e utensílios	10%	2,9%	549	-	549	(473)	(4)	(477)	72	76
Edificações	4%	3,9%	1.956	-	1.956	(835)	(19)	(854)	1.102	1.121
Outros	-	8,3%	3.617	5	3.622	(2.059)	(78)	(2.137)	1.485	1.558
			7.825	5	7.830	(4.850)	(127)	(4.977)	2.853	2.975

	Taxa média		Custo		Depreciação		Residual			
	Taxa anual de depreciação - %	ponderada de depreciação - %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	
Hardwares	20%	7,3	1.317	-	1.317	(1.137)	(24)	(1.161)	156	180
Máquinas e equipamentos	10%	1,6	258	-	258	(247)	(1)	(248)	10	11
Móveis e utensílios	10%	2,9	549	-	549	(457)	(4)	(461)	88	92
Edificações	4%	3,9	1.956	-	1.956	(759)	(19)	(778)	1.178	1.197
Outros	-	8,8	3.601	-	3.601	(1.749)	(77)	(1.826)	1.775	1.852
			7.681	-	7.681	(4.349)	(125)	(4.474)	3.207	3.332

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxa anual de depreciação - %				Taxa média ponderada de depreciação - %				Custo				Depreciação				Residual						
	31/12/2017		31/03/2018		31/12/2017		31/03/2018		Baixas		Transf.		Adições		Baixas		Transf.		Saldos em 31/03/2018		Saldos em 31/03/2017		
	depreciação - %	ponderada de depreciação - %	depreciação - %	ponderada de depreciação - %	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/03/2018	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/03/2018	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2018	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2018	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2018	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/03/2017	Residual
Hardwares	20,0	7,5	264.162	264.716	544	24	264.716	(4.967)	14	-	-	(237.309)	(4.967)	14	-	(237.309)	(4.967)	14	-	27.407	31.806	31.806	31.806
Máquinas e equipamentos	10,0	3,3	278.076	277.908	816	-	277.908	(2.314)	942	-	-	(122.022)	(2.314)	942	-	(122.022)	(2.314)	942	-	155.886	157.426	157.426	157.426
Móveis e utensílios	10,0	6,9	27.217	27.195	24	-	27.195	(469)	38	-	-	(16.169)	(469)	38	-	(16.169)	(469)	38	-	11.026	11.479	11.479	11.479
Terrenos	-	-	55.157	55.157	-	-	55.157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.157	55.157	55.157	55.157
Edificações	4,0	2,0	21.695	21.695	-	-	21.695	(115)	-	-	-	(3.237)	(115)	-	-	(3.237)	(115)	-	-	18.458	18.573	18.573	18.573
Imobilizado em andamento	-	-	70.335	69.838	-	(497)	69.838	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.838	70.335	70.335	70.335
Benefitorias	4,0	2,7	218.736	218.998	7	255	218.998	(1.466)	-	-	-	(63.790)	(1.466)	-	-	(63.790)	(1.466)	-	-	155.208	156.412	156.412	156.412
Veículos	20,0	10,3	19.865	19.868	3	218	19.868	(512)	-	-	-	(14.820)	(512)	-	-	(14.820)	(512)	-	-	5.048	5.557	5.557	5.557
Instalações	10,0	9,7	9.008	9.282	56	218	9.282	(252)	-	-	-	(8.805)	(252)	-	-	(8.805)	(252)	-	-	8.805	8.756	8.756	8.756
Outros	-	5,3	31.836	31.832	23	-	31.832	(430)	-	-	-	(10.262)	(430)	-	-	(10.262)	(430)	-	-	21.570	22.004	22.004	22.004
			996.087	996.489	1.473	-	996.489	(10.498)	994	-	-	(468.086)	(10.498)	994	-	(468.086)	(10.498)	994	-	528.403	537.505	537.505	537.505

	Taxa anual de depreciação - %				Taxa média ponderada de depreciação - %				Custo				Depreciação				Residual						
	31/12/2016		31/03/2017		31/12/2016		31/03/2017		Baixas		Transf.		Adições		Baixas		Transf.		Saldos em 31/03/2017		Saldos em 31/12/2016		
	depreciação - %	ponderada de depreciação - %	depreciação - %	ponderada de depreciação - %	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/03/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2016	Residual
Hardwares	20,0	8,9	254.679	256.307	1.609	19	256.307	(5.684)	-	-	(217.179)	(5.684)	-	-	(217.179)	(5.684)	-	-	39.128	43.184	43.184	43.184	
Máquinas e equipamentos	10,0	5,5	299.894	299.421	286	-	299.421	(4.149)	611	-	(132.516)	(4.149)	611	-	(132.516)	(4.149)	611	-	166.905	170.916	170.916	170.916	
Móveis e utensílios	10,0	7,2	26.640	26.666	21	5	26.666	(477)	-	-	(14.282)	(477)	-	-	(14.282)	(477)	-	-	12.384	12.835	12.835	12.835	
Terrenos	-	-	55.150	55.150	-	-	55.150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.150	55.150	55.150	55.150
Edificações	4,0	3,5	47.153	47.368	215	-	47.368	(419)	-	-	(22.038)	(419)	-	-	(22.038)	(419)	-	-	25.330	25.534	25.534	25.534	
Imobilizado em andamento	-	-	105.907	70.262	28	(35.673)	70.262	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.262	105.907	105.907	105.907
Benefitorias	4,0	2,7	200.509	218.799	-	18.290	218.799	(1.464)	-	-	(58.256)	(1.464)	-	-	(58.256)	(1.464)	-	-	160.543	143.717	143.717	143.717	
Veículos	20,0	7,1	33.406	33.406	-	-	33.406	(591)	-	-	(24.994)	(591)	-	-	(24.994)	(591)	-	-	8.412	9.003	9.003	9.003	
Instalações	10,0	10,2	34.737	35.413	676	-	35.413	(891)	-	4	(8.082)	(891)	-	4	(8.082)	(891)	-	4	27.331	27.542	27.542	27.542	
Outros	-	6,6	31.029	31.164	138	(3)	31.164	(514)	-	-	(8.485)	(514)	-	-	(8.485)	(514)	-	-	22.679	22.975	22.975	22.975	
			1.089.104	1.073.956	2.973	(762)	1.073.956	(14.189)	611	87	(485.832)	(14.189)	611	87	(485.832)	(14.189)	611	87	(485.832)	588.124	616.763	616.763	

Em 31 de março de 2018, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 14). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 15) não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

12. Intangível

a) Controladora

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldos em 31/03/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/03/2018	31/03/2018	31/12/2017
Softwares de terceiros	20,0	16,1	1.086	-	-	1.086	(766)	(43)	(809)	277	320
			1.086	-	-	1.086	(766)	(43)	(809)	277	320

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Amortização			Residual	
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016
Softwares de terceiros	20,0	16,4	1.049	-	1.049	(593)	(43)	(636)	413	456
			1.049	-	1.049	(593)	(43)	(636)	413	456

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Amortização		Residual						
			Saldos em 31/12/2017	Adições (i)	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017			
Contratos de concessão	(ii)	(ii)	6.539.926	46.390	6.586.316	(98.622)	4.017.260	4.069.492					
Ágio Ecosul	-	-	8.561	-	8.561	(128)	4.247	4.375					
Softwares de terceiros	20,0	12,7	134.777	802	135.579	(4.286)	41.115	44.599					
Intangível em andamento (iv)	-	-	405.281	93.817	499.098	-	499.098	405.281					
Ágio Anish (iii)	-	-	37.744	-	37.744	-	37.744	37.744					
Outros	-	-	391	-	391	(55)	336	336					
			7.126.680	141.009	7.267.689	(103.036)	4.599.800	4.561.827					
			Custo		Amortização		Residual						
	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Saldos em 31/12/2016	Adições (i)	Oper. Desc.	Saldo em 31/03/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/03/2017	Saldo em 31/12/2016	Baixas	Transf.	Saldo em 31/03/2017	Saldo em 31/12/2016
Contratos de concessão	(ii)	(ii)	6.087.640	32.252	5.714	6.124.881	(2.092.713)	(82.972)	7	(87)	(2.175.765)	3.949.116	3.994.927
Ágio Ecosul	-	-	8.561	-	-	8.561	(3.802)	(128)	-	-	(3.930)	4.631	4.759
Softwares de terceiros	20,0	14,2	109.767	790	-	127.921	(72.437)	(4.542)	-	-	(76.979)	50.942	37.330
Intangível em andamento (iv)	-	-	201.153	54.749	-	255.609	-	-	-	-	-	255.609	201.153
Ágio Elog (iii)	-	-	37.744	-	-	37.744	-	-	-	-	-	37.744	37.744
Outros	-	-	402	-	-	402	(35)	-	-	-	(35)	367	367
			6.445.267	87.791	5.714	6.555.118	(2.168.987)	(87.642)	7	(87)	(2.256.709)	4.298.409	4.276.280

No período findo em 31 de março de 2018, foram capitalizados R\$6.511 referentes a encargos financeiros (R\$3.497 em 31 de março de 2017).

- (i) Os principais valores concentram-se nas controladas indiretas: na Eco101 no valor de R\$187.645 em restauração de pavimentos, sistemas de drenagens e obras especiais correntes, e consultoria de apoio as obras de duplicação; na Ecofonte no valor de R\$12.131 baias operacionais e obras no Mergulhão em Niterói; Ecovias no valor de R\$25.317, obras referente a passarelas e Viaduto João Firmino KM 21800, terraplenagem, remoção de redes, pavimento rígido e projetos de executivos; Ecopistas R\$197.340, sendo a principal obra o prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote II e III e na Ecocatarras no valor de R\$4.319 referente à aparelhamento da PRF e PRE e estrutura de duplicação; Ecosul no valor R\$716, recuperação e manutenção de pavimentos, implantação de defensas metálicas e construção de bases; Ecovia no valor de R\$3.483 em obras de melhoria na BR 277 e restauração, manutenção da BRs e aparelhamento da PRF e PRE.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de março de 2018 foram 5,9% a.a. (5,43% a.a. em 31 de março de 2017).
- (iii) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda e Operação Descontinuada. O montante de R\$4.913, refere-se aos ativos intangíveis e ágios (*goodwill*) consolidados da Elog S.A. em 01 de janeiro de 2016, excluindo os ativos intangíveis e ágios (*goodwill*) das empresas ELG-01 Participações Ltda. Anish Empreendimentos Imobiliários Ltda e Paqueta Participações Ltda. que em deliberação da Administração transferiu o controle acionário para a Companhia em 29 de setembro de 2016.
- (iv) Os principais valores do intangível em andamento concentram-se nas controladas indiretas: Ecovia na duplicação e recuperação da rodovia PR407; na Ecosul na construção da base operacional BR116 e BR392; na Ecovias na manutenção e implantação de dispositivo e restauração do pavimento; Ecocatarras na duplicação da BR277; na Ecopistas no prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote II e III; na Eco101 na restauração do pavimento, sistema de drenagem, implantação de passarela, entre outros e na Ecofonte nas obras no Mergulhão de Niterói e baias operacionais.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis no trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos - Consolidado

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Balança patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/03/2018	31/03/2018
Realização do ágio na incorporação	205.842	1	(2.396)	203.447	(2.395)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	47.443	874	(922)	47.395	(48)
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	49.591	1.444	(1.781)	49.254	(337)
Provisão para manutenção	95.399	7.354	(757)	101.996	6.597
AVP ônus Concessão	1.966	-	(249)	1.717	(249)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	83	72	(79)	76	(7)
Outros	6.215	728	(1.107)	5.836	(379)
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT	(48.430)	-	836	(47.594)	836
Depreciação societária	(9.529)	-	66	(9.463)	66
Juros capitalizados	(8.856)	(2.143)	23	(10.976)	(2.120)
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (ii)	339.724	8.682	(6.366)	341.688	1.964

(i) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas indiretas: ECO101 e Ecopistas.

(ii) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$358.013 no ativo não circulante e R\$16.325 no passivo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
2019	27.472	34.279
2020	34.777	33.086
2021	28.367	26.459
2022	26.322	24.856
Posteriores a 2022	224.751	221.044
	341.688	339.724

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Notas Explicativas**b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	146.651	98.021	245.992	191.540
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(49.861)	(33.327)	(83.637)	(65.124)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Gratificações diretores	(513)	(1.562)	(1.183)	(1.968)
Equivalência patrimonial	60.609	47.775	2	-
Despesas indedutíveis	(4)	(27)	(55)	(126)
Amortização de ágio	(985)	(1.475)	6.119	5.723
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	273	260
Créditos tributários não constituídos	(9.609)	(11.384)	(16.932)	(28.895)
Operações descontinuadas	363	-	364	-
Outros	-	-	(215)	61
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(95.264)	(90.069)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(97.228)	(89.699)
Impostos diferidos	-	-	1.964	(370)
Alíquota efetiva			38,7%	47,0%

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do período provisão IR/CS	24.551	32.516
Despesa IR/CS DRE	97.228	89.699
Total de IR/CS pagos no período	(82.726)	(85.857)
Saldo no final do período provisão IR/CS	39.053	36.358

14. Empréstimos e financiamentos - Consolidado

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	31/03/2018	31/12/2017
Em moeda nacional:					
Finame (a)	Ecosul	11/2020	6% a.a.	136	148
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	201	212
Finame (c)	Ecocataratas	06/2018	3% a.a.	14	27
Finem (d)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,1% a.a.	2.245	3.920
Finame (e)	Ecocataratas	07/2020	6% a.a.	443	494
Finem (f)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	32.093	34.597
Finem (f)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	113.630	117.012
Finame (g)	Ecoporto Santos	10/2020	6% a.a.	4.266	4.715
Finem (h)	ECO101	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	175.878	178.071
Finem (h)	ECO101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	67.170	67.761
Financiamento (h)	ECO101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	38.900	39.261
Financiamento (i)	ECO101	12/2019	21,27% a.a.	182	203
Finem (j)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	48.958	49.275
Leasing (k)	Ecosul	03/2018	25,13% a.a.	-	28
Em moeda estrangeira:					
Finimp (l)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2%a.a.	79.406	87.644
				563.522	583.368
Circulante				73.482	74.658
Não circulante				490.040	508.710

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	48.991	68.524
2020	69.671	69.476
2021	59.546	57.116
Posteriores a 2021	311.832	313.594
	<u>490.040</u>	<u>508.710</u>

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldo no início do período	583.368	823.505
Adições	-	127
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	13.646	20.684
Pagamento principal	(23.833)	(21.265)
Pagamento de juros	(9.659)	(10.070)
Saldo no fim do período	<u>563.522</u>	<u>812.981</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(b)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Banco do Brasil/Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(e)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2018, com exceção do ICSD.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(g)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(h)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios.
(i)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(j)	Ecoponte	BNDES	(i) Razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor de ações da EcoRodovias. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte é titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão inclusive os relativos a eventuais indenizações. Fiança pela EcoRodovias.
(k)	Ecosul	Leasing	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	(i) patrimônio líquido deve ser superior a 20.000; (ii) a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total da controladora deve ser superior a 20%.	Alienação EcoRodovias Infraestrutura.

Notas Explicativas

O resumo dos índices financeiros em 31 de março de 2018 está demonstrado a seguir:

Índices financeiros Ecopistas (a)	Exigido	Medido
PL/passivo total	≥ 20%	34,30
Cobertura da dívida	≥ 1,20	1,06 (i)
Dívida líquida/EBTIDA ajustado	≤ 4,00	3,73 (ii)
Índices financeiros Ecoporto (c)	Exigido	Medido
Patrimônio líquido tangível (Ecoporto)	> 20.000	186.844
PL/ativo total (controladora)	> 20%	10% (iii)
Índices financeiros Ecoponte (k)	Exigido	Medido
PL/passivo total	≥ 20%	56,5%
Cobertura da dívida	≥ 1,30	n.m. (iv)
Dívida líquida/EBTIDA ajustado	≤ 4,00	-0,19

- i) Índice amparado por fiança da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços. O não atingimento do índice limita a distribuição de dividendos
- ii) Não há cláusula no contrato com relação ao vencimento antecipado
- iii) O índice está amparado por *Waiver*
- iv) ICSD não apurado, conforme clausula 6ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (Janeiro de 2019).

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Eco101 são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	15.086	150 parcelas
B1	66.237	66.237	705	150 parcelas
B2	52.483	28.514	303	150 parcelas
B3	117.799	11.137	118	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	294.361	16.212	

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Ecopistas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	65.263	114 mensais
b	85.528	85.528	49.953	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	12.525	114 mensais
e	21.769	21.769	5.442	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	2.672	114 mensais
k	29.846	22.438	5.314	114 mensais
l	9.169	9.169	1.834	10 anuais
Total	355.396	277.384	143.003	

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Ecoporte são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.466	51.719	427	177 mensais
b	177.920	-	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	-	-	177 mensais
e	2.074	-	-	157 mensais
Total	417.000	51.719	427	

A Companhia possui um plano econômico para quitação das dívidas de curto prazo através da captação de novas debêntures e a utilização de recursos próprios para pagamento de parcelas de amortização que vencem em 2018. A Administração está confiante que seu plano econômico será implementado e entende que não haverá quebra ou *default* dos contratos vigentes.

15. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-	153.857	151.294
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	159.292	156.626
2ª Emissão - Ecosul	06/2018	107,5% do CDI a.a.	-	-	50.951	50.073
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% do CDI a.a.	-	-	53.353	52.443
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8%a.a./IPCA+4,28%a.a.	-	-	1.220.700	1.194.291
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI	-	-	198.599	195.228
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	440.819	447.317
1ª Emissão - Eco101	12/2018	CDI + 1,80% a.a.	-	-	25.392	24.847
2ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	06/2020	105,5% CDI a.a.	85.466	84.053	-	-
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões (Cessão)	04/2020	CDI+1,18% a.a./CDI+1,42% a.a.	-	-	620.978	608.943
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª Série)	10/2018	CDI+0,79% a.a.	-	-	82.489	80.850
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	10/2022	IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	-	-	798.051	778.926
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% do CDI a.a.	-	-	216.623	216.840
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2018	109,0% do CDI a.a.	-	-	106.421	104.574
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,00% e 110,25% do CDI a.a.	-	-	1.089.153	1.070.399
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	-	-	30.798	30.038
1ª Emissão - Ecorodoanel	03/2020	119,0% do CDI a.a.	-	-	898.008	-
1ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2019	CDI + 1,85% a.a.	-	-	258.017	252.559
			85.466	84.053	6.403.501	5.415.248
Circulante			-	-	927.975	1.074.858
Não circulante			85.466	84.053	5.475.526	4.340.390

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do período	84.053	-	5.415.248	4.106.628
Adição	-	-	899.977	49.885
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº25)	1.413	-	115.368	121.051
Pagamento principal	-	-	(11.066)	(4.967)
Pagamento de juros	-	-	(16.026)	(12.400)
Saldo no fim do período	85.466	-	6.403.501	4.260.197

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1a emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1a série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2a série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3a série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4a série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

2ª Emissão

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/17 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/19 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI over -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/17 115,0% do CDI over, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/20 107% do CDI over, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI over, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

3ª Emissão

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% aa, pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora (“cessão”). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,18% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,42% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 0,79% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI over, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025. A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, Nominativa, Escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;
- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;

Notas Explicativas

- (iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

2ª emissão

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,50% do CDI over. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

A emissão não requer a manutenção de índices financeiros (*covenants*).

3ª emissão

Em 23 de março de 2018 a Companhia, aprovou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$130. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de abril de 2020. As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

Em 29 de março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$900 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 119,0% do CDI, os juros serão pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho, setembro, dezembro e março, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2018 e o último pagamento no vencimento e a amortização em parcela única na data de vencimento 15 de março de 2020.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Notas Explicativas

Ecoporto Santos S.A.

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1º emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,85% aa, pagos anualmente sempre no dia 15 dos meses de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal será paga em 6 parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Consolidado					
	31/03/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	-	-	-	-	(296)	(296)
2019	2.076.807	(6.543)	2.070.264	967.249	(7.583)	959.666
2020	1.130.369	(6.144)	1.124.225	1.122.409	(6.138)	1.116.271
2021	681.903	(5.235)	676.668	678.645	(5.231)	673.414
2022	949.461	(2.956)	946.505	943.362	(2.954)	940.408
Posteriores a 2023	659.230	(1.366)	657.864	652.227	(1.300)	650.927
	5.497.770	(22.244)	5.475.526	4.363.892	(23.502)	4.340.390

Notas Explicativas

A companhia possui contratos com Cláusulas (“*covenants*”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecocataratas	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,68
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,34
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	12,15
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	≥ 20%	34,30%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	2,23
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 5,5x	4,46
Ecosul	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,20
	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,0x	1,20
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,20
Ecorodovias Concessões	1ª	Dívida líquida/Ebitda	≤ 3,75x	2,30
	2ª	Dívida líquida/Ebitda	< 3,5x	2,47
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,71
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,30
		Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	6,13
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,30
Ebitda /Despesa financeira líquida		≥ 2,5x	6,13	
5ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	2,30	
	Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	6,13	
6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,30	
	Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	6,13	
Ecoporto (*)	1ª	Dívida líquido/Ebitda	< 3,0x	28,33
		Ebitda/Despesa financeira líquida	> 3,0x	0,30
Ecovia	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,45

(*) Índice amparado por carta fiança da Companhia.

Notas Explicativas

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Taxa de juros	TIR
	Debêntures - 1ª série	15/10/2012	240.000	CDI + 0,79%	11,56% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/10/2012	160.000	5,00%+ IPCA	11,20% a.a.
	Debêntures - 3ª série	15/10/2012	400.000	5,35%+ IPCA	10,82% a.a.
	Debêntures - 1ª série	24/05/2015	232.000	CDI + 1,18% a.a.	13,41% a.a.
	Debêntures - 2ª série	24/05/2015	368.000	CDI + 1,42% a.a.	12,31% a.a.
Ecorodovias Concessões e Serviços	Debêntures - Série única	18/11/2016	215.000	106,0% CDI	9,39% a.a.
	Debêntures - Série única	12/04/2017	300.000	105,5% CDI	8,65% a.a.
	Debêntures - Série única	22/06/2017	100.000	109,0% CDI	7,95% a.a.
	Debêntures - 1ª série	14/12/2017	319.550	106,0% CDI	8,19% a.a.
	Debêntures - 2ª série	14/12/2017	750.450	110,25% CDI	8,87% a.a.
	Debêntures - 3ª série	14/12/2017	30.000	IPCA + 6,0%	9,06% a.a.
EcoRodovias Infraestrutura e Logística	Série única	02/06/2017	80.000	105,5% CDI	7,17% a.a.
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000	IPCA + 3,80% a.a.	9,51% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000	IPCA + 4,28% a.a.	9,18% a.a.
	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,44% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,63% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,56% a.a.
	Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,46% a.a.
	Debêntures Privada - 1ª série	14/07/2017	100.000	105,0% CDI	6,80% a.a.
	Debêntures Privada - 2ª série	14/12/2017	70.000	105,5% CDI	6,74% a.a.
	Debêntures Privada - 3ª série	14/12/2017	40.000	105,5% CDI	6,74% a.a.
	Debêntures Privada - 4ª série	14/12/2017	40.000	105,5% CDI	6,74% a.a.
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	CDI + 1,80% a.a.	8,96% a.a.
Ecoporto Santos	Série única	15/06/2012	600.000	CDI + 1,85% a.a.	12,12% a.a.
Ecocataratas	Série única	17/05/2017	185.000	106,5% CDI	7,59% a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	107,0% CDI	11,11% a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	107,5% CDI	9,44% a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	107,0% CDI	7,28% a.a.
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	106,5% CDI	11,92% a.a.
Ecorodoanel	Série única	29/03/2018	900.000	119,0% CDI	7,61% a.a.
			6.797.000		

Notas Explicativas

16. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*)

Em 31 de março de 2018, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Controladora	Natureza	Ativo			Passivo			Resultado		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Juros de mútuo	Juros Cessão de dívida	Juros Debêntures Privada	
Ecoporto Santos S.A. (d)	Controlada direta	-	-	696	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (i)	Controlada direta	-	35.102	-	-	-	1.109	-	-	-
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. (l)	Controlada direta	-	4.647	-	-	-	147	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (o)	Controlada direta	1.077	-	100	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (j)	Controlada direta	-	-	335.150	-	-	10.246	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (n)	Controlada direta	-	-	88.225	652.033	-	-	11.686	-	1.411
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (a)	Controlada indireta	51	-	-	-	154	-	-	-	-
Total em 31 de março de 2018		1.128	39.749	424.171	652.033	154	11.502	11.686		1.411
Total em 31 de dezembro de 2017		1.324	38.681	414.666	640.347					
Total em 31 de março de 2017						1.175	10.097	-		21.131

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante Clientes	Não circulante Intangível	Circulante	Custos e Despesas		
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	7.132	1.170	-	-	-
A. Madeira Indústria e Comércio Ltda. (k)	Outras partes relacionadas	-	2.987	1.592	-	-	-
Contek Engenharia S.A. (e)	Outras partes relacionadas	-	2.987	1.612	-	-	-
Engenharia e Construtora Ararióia Ltda. (m)	Outras partes relacionadas	-	2.539	1.169	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	629	84	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (p) (q)	Outras partes relacionadas	430	-	-	-	-	-
Unimar Transportes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	404	1.364	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras (b)	Outras partes relacionadas	-	5.734	-	-	-	-
Vix Logística S.A. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	439	1.468	-	-
Incopal Constr. Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	156	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (a)	Controlada indireta	-	-	-	154	-	-
Total em 31 de março de 2018		430	22.008	6.626	2.986		
Total em 31 de dezembro de 2017		583	290.677	15.594			
Total em 31 de março de 2017							4.122

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.
- (b) A CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, foi contratada para a execução obra do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificadamente os lotes 02 e 03. O valor do contrato é de R\$120.779. O prazo para execução dos serviços foi 31 de março de 2018. Em 31 de março de 2018, não há saldo a pagar em aberto de serviços incorridos.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$124.830. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020 e em 31 de março de 2018. Os saldos em aberto a pagar R\$1.254 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (folha de pagamento).
- (e) A Contratada Contek Engenharia S.A. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da Contek). O saldo em aberto em 31 de março de 2018 é de R\$1.612., tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2018, já haviam incorridos R\$23.220. Em 31 de março de 2018, há um saldo em aberto a pagar de R\$404 com vencimento em até 45 dias.
- (g) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Vix e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$28.480 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2018, já haviam incorridos R\$25.125, e há um saldo a pagar de R\$439 com vencimento em até 45 dias.
- (h) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$7.373. O prazo para execução desses serviços foi em julho de 2016, sendo que já foram incorridos. Em 31 de março de 2018 o saldo a pagar é de R\$156 (R\$156 em 31 de dezembro de 2017).
- (i) Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuária a controlada Ecoporto Santos S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 14,14% a.a. com vencimento até 29 de dezembro de 2018.
- (j) O valor de R\$335.150 (R\$326.441 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixo de 13,64% a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.
- (k) A Contratada A. Madeira Ind e Com. Ltda, participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da A. Madeira). O saldo em aberto em 31 de março de 2018 é de R\$1.592. tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (l) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 14,14 % a.a. com vencimento até 29 de dezembro de 2018.
- (m) A Contratada Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 26% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$49.364 participação da Araribóia). O saldo em aberto em 31 de março de 2018 é de R\$1.169., tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (n) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1º série CDI+1,18% a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2º série CDI 1,42% a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020.
- (o) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (folha de pagamento).

Notas Explicativas

(p) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$176.929, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 31 de março de 2018 é de R\$45.018 (R\$21.648 em 31 de dezembro de 2017).

(q) Refere-se a troca de Numerários entre Ecopátio e Ecopistas.

Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de março de 2018 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/03/2018	31/12/2017
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025	100% CDI + 1,20% a.a.	135.765	133.627
	EcoRodovias	06/2015	06/2018	13,64% a.a.	335.150	326.441
Ecorodovias Concessões	Infraestrutura					
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	10/2015	12/2018	14,14% a.a.	35.101	34.158
Ecorodovias Infra	Termares	11/2015	12/2018	14,14% a.a.	4.647	4.522
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	09/2018	14,13% a.a.	5.907	5.748
Termares	Ecoporto Santos	10/2015	10/2018	14,13% a.a.	2.000	1.947
					518.570	506.443

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 31 de março de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2018 em R\$19.324 (R\$19.176 para o exercício de 2017), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração provisionada aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração (fixa/variável)	2.916	1.787
Plano de retenção	-	1.105
Plano de opção com base em ações	53	343
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	191	418
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde	47	42
Previdência privada	81	77
INSS (Sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	168	557
	3.458	4.331

Notas Explicativas**17. Provisão para manutenção - consolidado**

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 6,58% a 11,85% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº24)	1.142.368	32.902	-	-	1.175.270
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº24)	(232.403)	(5.939)	-	-	(238.342)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(14.611)	-	(824.143)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº25)	169.191	-	-	7.051	176.242
	269.624	26.963	(14.611)	7.051	289.027
Circulante	90.503				82.943
Não circulante	179.121				206.084

	31/12/2016	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº24)	1.002.111	27.552	-	-	1.029.663
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº24)	(210.773)	(6.928)	-	-	(217.701)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(18.258)	-	(680.773)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº25)	139.249	-	-	7.486	146.735
	268.072	20.624	(18.258)	7.486	277.924
Circulante	87.531				73.563
Não circulante	180.541				204.361

18. Provisão para construção de obras futuras - consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(47.321)	(50)	-	(47.371)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº25)	15.939	-	779	16.718
	65.266	(50)	779	65.995
Circulante	57.568			57.518
Não circulante	7.698			8.477

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(7.604)	-	(43.471)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	11.111	-	1.207	12.318
	71.892	(7.604)	1.207	65.495
Circulante	38.124			37.817
Não circulante	33.768			27.678

19. Obrigações com Poder Concedente - Consolidadol) Verbas fixas e variáveis

	31/03/2018	31/12/2017
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	1.963	6.330
Variável - Ecovias (b)	1.467	1.500
Variável - Ecopistas (b)	384	412
Variável - Ecosul (c)	285	214
Taxa de fiscalização - Eco101 (d)	518	518
Taxa de fiscalização - Ecoponte (e)	269	269
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (f) (g)	257	257
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (h)	460	466
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (i) (g)	302	302
Outras - Ecocataratas - PRE/PRF (j)	2.026	2.794
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP	427	426
	8.358	13.488
Circulante	8.358	13.488

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 31 de março de 2018, resta 1 parcela a vencer e os pagamentos corresponderam a 99,58% do total (98,33% em 31 de dezembro de 2017).
- b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- d) Taxa de fiscalização da Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consiste num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.

Notas Explicativas

- f) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de março de 2018, o valor atualizado mensal é de R\$257 (R\$257 em 31 de dezembro de 2017).
- g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- h) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- i) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.
- j) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

As controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor apólices de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Saldo no início do período	13.488	32.441
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	14.346	13.639
Varição monetária sobre Obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 25)	344	(948)
Pagamento do principal	(19.820)	(18.365)
Saldo no fim do período	<u>8.358</u>	<u>26.767</u>

II) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de Dezembro, por cesta de índices.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo menor dos índices entre IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Notas Explicativas

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de Janeiro, por cesta de índices.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de Dezembro, por cesta de índices.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da controlada indireta Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$221 milhões já realizados até 31 de dezembro de 2017 e R\$63 milhões a serem realizados. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela controlada indireta Ecopistas.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 18 de maio, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Notas Explicativas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de junho, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	31/03/2018							
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Total
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	63.461	218.365	70.557	60.623	62.818	1.624.154	614.316	2.714.295
Conservação especial (manutenção)	42.593	65.710	217.171	187.950	386.620	566.550	420.450	1.887.044
Equipamentos	11.038	37.314	53.372	8.808	225.751	345.417	86.830	768.530
Total	117.092	321.389	341.100	257.381	675.189	2.536.121	1.121.596	5.369.869

	31/12/2017							
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Total
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	64.373	229.019	89.439	72.787	63.522	1.657.807	611.686	2.788.633
Conservação especial (manutenção)	44.384	66.950	223.586	194.627	385.860	562.604	417.870	1.895.881
Equipamentos	11.090	37.114	53.000	8.747	225.202	343.021	86.332	764.506
Total	119.847	333.083	366.025	276.161	674.584	2.563.432	1.115.888	5.449.020

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$248 milhões já realizados até 31 de março de 2018 e R\$ 36 milhões a serem realizados. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela concessionária controlada indireta Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas.

20. Informações sobre o contrato de concessão da Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Notas Explicativas

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda. A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Ecovia

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 06 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Ecovia e Ecocataratas

Em razão das recentes notícias veiculadas na mídia referente a citação de 2 (duas) subsidiárias da Companhia (Concessionária Ecovia do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas) no inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e no inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, ambas investigações conduzidas pela 13ª Vara do Tribunal Federal de Justiça em Curitiba/PR (“Inquéritos Policiais”) e, em complemento aos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, O Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovaram em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente, cujas principais responsabilidades são (a) apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, (b) realizar a contratação de empresa externa, independente e especializada para auxiliar na investigação interna dos fatos indicados no item anterior, (c) aprovar o plano de investigação, (d) receber e analisar as informações encaminhadas pela equipe responsável pela investigação, seja ela interna ou externa, (e) assegurar que a investigação seja conduzida de forma independente, zelando para que esta não seja impedida ou obstruída, (f) analisar e reportar ao Conselho de Administração as recomendações feitas pela equipe responsável pela investigação, (g) autorizar a equipe responsável pela

Notas Explicativas

investigação a se comunicar com autoridades competentes, inclusive reguladoras, para sanar dúvidas ou fazer questionamentos, (h) elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação às políticas internas e procedimentos relativos à investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. O Comitê Independente reportará diretamente ao Conselho de Administração. A Companhia informa que de acordo com Ata da Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de abril de 2018, foi deliberada a contratação da empresa Koury Lopes Advogados, para execução dos trabalhos mencionados no item b, acima. As subsidiárias Ecovia e Ecocataratas não foram objeto de denúncia em ação penal.

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na legislação e regulamentação setorial (art. 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da regulamentação setorial, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em março de 2015 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos apelação apresentados pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração pelo próprio TRF. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. Atualmente, os processos estão suspensos. A decisão do TRF não altera a confiança da Administração da Companhia no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema, que suportam a expectativa de êxito nessas demandas judiciais. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas

21. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	153.329	33.695	10.184	197.208
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.252	1.673	(866)	2.059
(-) Pagamentos	(984)	(2.249)	-	(3.233)
(+) Atualização monetária	1.614	219	(269)	1.564
Saldos em 31 de março de 2018	155.211	33.338	9.049	197.598

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	146.521	26.623	9.224	182.368
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(1.724)	(39)	(266)	(2.029)
(-) Pagamentos	(240)	(879)	-	(1.119)
(+) Atualização monetária	1.572	671	255	2.498
Saldos em 31 de março de 2017	146.129	26.376	9.213	181.718

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$560.277 em 31 de março de 2018 (R\$530.826 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Ecovias não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 09 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Será interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação do juros de mora. Em 30 de setembro de 2014, em razão da possibilidade da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de março de 2018 é de R\$ 49.937 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 49.405), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.
- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Atualmente, aguardamos publicação do acórdão que será objeto de recursos aos Tribunais Superiores. Em 31 de março de 2018, o valor contingenciado é de R\$76.974 (R\$76.719 em 31 de dezembro de 2017). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A principal causa classificada como possível, ou seja sem constituição de provisão é:

- (i) Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos ("Autores") ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. ("Ecoporto Transporte"), Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") e Termare Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares"). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. ("Aba") e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. ("FCA"). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R\$164.670, atualizado em 31 de dezembro de 2017, a título de "prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECONDI", o que supostamente corresponderia a 50% de um sobrepreço que seus antigos sócios ("Aba") e ("FCA") receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado de R\$106.812 em 31

Notas Explicativas

de março de 2018, sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R\$6.045. Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e trélicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se o início da prova pericial contábil. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível, segundo os critérios contábeis aplicáveis. Em 31 de março de 2018 o valor contingenciado é de R\$339.951.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de março de 2018, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$122.732 (R\$115.828 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de março de 2018, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$169.261 (R\$158.746 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue:

Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, ainda pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. O valor correspondente à discussão, em 31 de março de 2018 é de R\$126.738 (31 de dezembro de 2017 é de R\$121.739).

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 31 de março de 2018, não foram pagos valores a título de dividendos e juros sobre capital próprio.

Notas Explicativas

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 2.232.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 29 de março de 2018, de R\$8,75 (R\$12,30 em 31 de dezembro de 2017). O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação de fechamento do pregão de 29 de março de 2018, é de R\$19.538.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

f) Participações dos acionistas não controladores

	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do período	97.948	72.583
Participação nos lucros	4.077	3.450
Opções outorgadas reconhecidas	2	10
Aquisição de participação de minoritários	(4.025)	-
Aumento de capital	-	1.890
Constituição de reservas	(2.156)	-
Pagamento de dividendos a acionista não controlador	-	(6.420)
Saldo no fim do período	95.846	71.513

Notas Explicativas

23. Receita Líquida - Consolidado

	31/03/2018	31/03/2017
		<u>Ajustado (*)</u>
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	672.395	636.652
Receitas de construção (b)	126.745	87.125
Receitas portuárias (c)	78.793	73.653
Receitas acessórias (d)	24.575	22.367
Receitas de prestação de serviços (e)	985	1.027
Receita bruta total	903.493	820.824
Deduções de receita	(115.191)	(107.870)
Receita líquida	788.302	712.954

(*) De acordo com as novas exigências do CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas (vide Nota Explicativa nº3)

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

(b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

As receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.

(d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(e) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias e para Elog S.A.

	31/03/2018	31/03/2017
		<u>Ajustado (*)</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	672.395	636.652
Receitas portuárias	78.793	73.653
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	25.560	23.394
	776.748	733.699
<u>Deduções</u>		
Cofins (i)	(30.424)	(29.038)
PIS (ii)	(6.593)	(6.295)
ISS (iii)	(37.827)	(35.706)
Dedução do reconhecimento da receita (iv)	(40.295)	(36.831)
Abatimentos	(52)	-
	(115.191)	(107.870)

(*) De acordo com as novas exigências do CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas (vide Nota Explicativa nº3)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos e logística 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos e logística 1,65%.

(iii) Alíquota de média de 4,8%.

Notas Explicativas

24. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	4.717	7.067	76.446	79.898
Conservação e manutenção e outros		-	19.427	19.321
Serviços de terceiros (*)	2.916	1.547	43.732	43.997
Seguros	41	60	3.398	4.241
Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº11 e 12)	170	168	113.534	101.831
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº19)	-	-	14.346	13.639
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	228	189	8.351	8.368
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº17)	-	-	26.963	20.624
Custo de construção de obras	-	-	126.745	87.125
Outros custos e despesas operacionais	319	199	14.675	14.057
	8.391	9.230	447.617	393.101
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	398.240	340.387
Despesas gerais e administrativas	8.391	9.230	49.377	52.714
	8.391	9.230	447.617	393.101

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.423	376	25.754	22.412
Juros sobre Mútuos (vide Nota Explicativa nº 14)	1.256	1.162	-	-
Juros capitalizados	-	-	6.511	3.497
Variação monetária sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº19)	-	-	-	948
Variação cambial/monetária sobre empréstimos	-	-	3.846	4.892
Atualização monetária de créditos fiscais	405	834	9.253	3.234
Outras	-	-	147	141
	3.084	2.372	45.511	35.124
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures/cessão e assunção de dívida	(13.097)	(21.131)	(85.432)	(92.538)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(12.412)	(20.051)
Juros sobre mútuo (vide Nota Explicativa nº 14)	(10.246)	(10.097)	-	-
Variação monetária sobre debêntures/cessão e assunção de dívidas (vide Nota Explicativa nº 15)	-	-	(25.850)	(25.979)
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº19)	-	-	(344)	-
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos (vide Nota Explicativa nº 14)	-	-	(5.080)	(5.518)
Amortização de custos com emissão de debêntures/cessão e assunção de dívidas	(2)	-	(4.086)	(2.534)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(41)	-	(1.704)	(2.705)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e obras (vide Nota Explicativa nº 17)	-	-	(7.830)	(8.693)
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(158)	-	(4.846)	-
Despesas bancárias	(4)	-	(235)	-
Encargos sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(2)	(7)
Outras	(13)	(213)	(1.354)	(5.806)
	(23.561)	(31.441)	(149.175)	(163.831)
Resultado financeiro, líquido	(20.477)	(29.069)	(103.664)	(128.707)

Notas Explicativas**26. Lucro por ação - consolidado**

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro básico – resultado do período	0,26	0,18
Lucro diluído – resultado do período	0,26	0,17
Lucro básico – resultado de operações continuadas	0,26	0,18
Lucro diluído – resultado de operações continuadas	0,26	0,17

a) Lucro básico por ação

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	145.582	97.790
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	146.651	98.021
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.233)	(2.233)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.466	556.466
Lucro básico por ação - R\$	0,26	0,18
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,26	0,18

b) Lucro diluído

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	145.582	97.790
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	146.651	98.021
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.466	556.466
Plano Executivo de opção de compra de ações	6.987	6.987
Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro/(Prejuízo) diluído	563.453	563.453
Lucro diluído por ação - R\$	0,26	0,17
Lucro diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,26	0,17

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado**Gestão de capital**

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Dívida (a)	85.466	84.053	6.975.381	6.012.104
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(109.227)	(8.188)	(2.560.817)	(1.677.815)
Dívida líquida	(23.761)	75.865	4.414.564	4.334.289
Patrimônio líquido (b)	748.413	658.623	844.259	756.570
Índice de endividamento líquido	(0,03)	0,12	5,23	5,73

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 99,4% do CDI (98,6% em 31 de dezembro de 2017), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 19.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2018 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	30.989	30.989
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	152.809	152.809
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	2.529.828	2.529.828
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	71.850	71.850
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	563.522	563.522
Debêntures (c)	Outros passivos financeiros	6.403.501	6.403.501
Obrigações com Poder Concedente (d)	Outros passivos financeiros	8.358	8.358
Phantom Stock Option (e)	Outros passivos financeiros	10.048	10.048

(a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e Phantom Stock Option aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

(e) O valor do Phantom stock option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Notas Explicativas

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio
<i>Compliance</i>	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens *top-down* e *botton-up*

Na abordagem *top-down* são identificados os riscos significativos e de cada Unidade de Negócio que podem impactar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia. Estão relacionados à análise do ambiente externo (ameaças e oportunidades) e do ambiente interno (forças e fraquezas) e traduzidos no inventário de riscos significativos (*Top Risks*).

Sua revisão está inserida no acompanhamento e no monitoramento do cumprimento do Planejamento Estratégico.

Na abordagem *botton-up* são identificados os riscos de processos na cadeia de valor dos processos de gestão, de negócio e de suporte que podem impactar o cumprimento dos objetivos dos processos da Companhia. Sua revisão está inserida nas atividades de gestão de riscos, controles internos, *compliance* e auditoria com acompanhamento e monitoramento periódico.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: prontidão Operacional, Imagem, Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Legal e Social.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2018, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ecoporto Santos S.A. - US\$	24.606	27.047

ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$103.502 (R\$102.928 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - Ecovia	106,5% CDI	21.263	144.338	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	22.117	11.752	149.441	-
Debêntures - Ecosul	107,5% CDI	51.703	-	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	7.115	3.946	50.678	-
Debêntures - EIL	105,5% CDI	11.213	6.210	81.067	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,18%	241.125	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42%	41.942	199.009	184.576	-
Debêntures - ECS	CDI + 0,79%	85.849	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	15.862	220.194	-	-
Debêntures - ECS	105,5% CDI	47.227	23.641	24.839	419.145
Debêntures - ECS	109,0% CDI	111.927	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	27.446	21.501	332.869	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	67.080	52.553	51.711	809.075
Debêntures - Ecopistas	105,0% CDI	12.624	7.630	8.015	141.058
Debêntures - Ecopistas	105,5% CDI	13.187	11.110	11.674	217.410
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85%	150.525	122.217	-	-
Debêntures - Eco101	CDI + 1,8%	27.039	-	-	-
Debêntures - Ecocataratas	106,5%	27.319	186.842	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45%	37.088	34.744	32.329	31.424
BNDES - Ecocataratas	TJLP + 2,10%	2.276	-	-	-
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84%	41.023	41.023	41.023	339.965
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48%	6.410	6.410	6.410	73.186
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00%	127.558	120.259	-	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25%	112.230	108.618	124.512	227.519
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35%	43.681	31.926	227.935	441.876
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0%	2.352	1.942	1.966	42.676
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80%	20.065	144.349	142.822	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28%	76.947	41.850	42.353	1.147.808
Debêntures - Ecorodoanel	119,0% CDI	66.376	964.585	-	-
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45%	7.298	6.891	6.502	19.866
Financiamento - ECO101	21,27%	122	92	-	-

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos	Entre 13 e	Entre 25 e	37 meses
		12 meses	24 meses	36 meses	em diante
Finame - Ecosul	6,00%	57	54	34	-
Finame - Ecocataratas	2,50%	48	47	46	71
Finame - Ecocataratas	3,00%	14	-	-	-
Finame - Ecocataratas	6,00%	221	209	41	-
Finame - Ecoporto Santos	6,00%	1.992	1.887	685	-
Finimp - Ecoporto Santos	Libor6M + VC + 2,0%	19.735	19.001	18.274	34.334
		1.548.056	2.534.830	1.539.802	3.945.413

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e Libor, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (f)	Baixa do CDI	121.497	91.123	60.749
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(435.921)	(502.735)	(569.162)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(193.431)	(194.530)	(195.629)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta do TJLP	(39.117)	(48.896)	(58.675)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da IPCA	(4.134)	(5.167)	(6.201)
Empréstimos e financiamentos (e)	Alta do USD	(3.500)	(4.978)	(6.696)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(85)	(105)	(127)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(554.691)</u>	<u>(665.288)</u>	<u>(775.741)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de março de 2018 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são seis meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	6,25%	7,81%	9,38%
IGP-M (b)	5,36%	6,70%	8,04%
IPCA (c)	3,37%	4,21%	5,06%
TJLP (d)	6,75%	8,44%	10,13%
Libor6M (e)	2,4524	3,0655	3,6786
US\$ (e)	3,3400	4,1750	5,0100
CDI (f)	6,25%	4,69%	3,13%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

28. Informações por segmento - consolidado

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker - CODM*”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. – Ecoponte.

b) “Holding” e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as “*Holdings*” Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., “*holding*” do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Concessões	91,5%	87,7%
“Holding” e serviços	5,1%	5,1%
Portos	3,4%	7,2%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Notas Explicativas

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de março de 2018. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

	31/03/2018		
	Concessionárias	Portos	Holding e serviços
Ativo	6.360.786	771.414	6.366.231
Ativo Circulante	1.570.908	71.005	1.774.001
Ativo não circulante	4.789.878	700.409	4.592.230
Passivo	6.360.786	771.414	6.366.231
Passivo Circulante	630.485	199.403	1.079.094
Passivo não circulante	4.192.342	338.100	3.455.650
Patrimônio líquido	1.537.959	233.911	1.831.487

	31/03/2018		
	Concessionárias	Portos	Holding e serviços
Receita líquida	761.805	28.877	42.173
Custos dos serviços prestados	(376.314)	(25.302)	(21.734)
Lucro bruto	385.491	3.575	20.439
Despesas gerais e administrativas	(33.808)	(9.805)	(21.079)
Amortização de investimentos	-	-	(5.332)
Outras receitas/despesas	(7)	8.969	156
Equivalência patrimonial	-	-	369.190
Lucro operacional antes do resultado financeiro	351.676	2.739	363.374
Resultado financeiro	(61.604)	(271)	(41.790)
Lucro operacional antes dos impostos	290.072	2.468	321.584
Imposto de renda e contribuição social	(94.544)	811	(1.179)
Lucro líquido	195.528	3.279	320.405
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(1.069)
Resultado das operações continuadas	195.528	3.279	319.336

	31/12/2017		
	Concessões	Portos	Holding e serviços
Ativo	5.400.998	759.799	6.226.392
Ativo circulante	661.509	54.280	1.708.689
Ativo não circulante	4.739.489	705.519	4.517.703
Passivo e patrimônio líquido	5.400.998	759.799	6.226.392
Passivo circulante	614.324	192.378	1.237.957
Passivo não circulante	3.234.938	346.361	3.188.761
Patrimônio líquido	1.551.736	221.060	1.799.674

Notas Explicativas

	31/03/2017		
	Concessões	Portos	Holding e serviços
Receita líquida	687.970	27.918	43.533
Custo dos serviços prestados	(315.206)	(27.358)	(22.559)
Lucro bruto	372.764	560	20.974
Outras receitas	-	298	-
Receitas (despesas) operacionais	(34.207)	(8.415)	(31.739)
Equivalência patrimonial	-	-	320.139
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	338.557	(7.557)	309.374
Resultado financeiro	(66.101)	(14.131)	(48.475)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	272.456	(21.688)	260.899
Imposto de renda e contribuição social	(88.843)	(1.137)	(89)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	183.613	(22.825)	260.810
Resultado das operações continuadas	-	-	260.579
Resultado das operações descontinuadas	-	-	231

29. Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se a transações na venda de participação da Elog S.A. no montante de R\$3.494, detalhada na nota explicativa nº 5.b).

30. Eventos subsequentes

Em 13 de abril de 2018, a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), realizou a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$130 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios 100% do CDI over acrescido de 1,25% a.a.. Os juros serão pagos semestralmente sempre no dia 13 dos meses de abril e outubro, com primeiro vencimento em 13 de outubro de 2018 e o último pagamento no vencimento e a amortização em parcela única na data de vencimento 13 de abril de 2020.

Em 24 de abril de 2018, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia") e sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), celebraram o 17º Termo Aditivo Modificativo ("TAM") ao Contrato de Concessão, entre a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias dos Imigrantes") e o Estado de São Paulo, representado pela ARTESP - Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo. O referido TAM tem por objeto a implantação da obra denominada "Nova Entrada de Santos – Sistema Viário", que eliminará os conflitos viários hoje existentes, separando o fluxo de entrada e saída ao Porto de Santos, composto predominantemente por veículos pesados, do tráfego que entra e sai da cidade de Santos, no qual prevalecem os veículos leves. O investimento previsto será de cerca de R\$270 milhões (Base: dezembro/2017). A inclusão das obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro serão realizados através da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, mediante a extensão do prazo do Contrato de Concessão em 7 meses e 24 dias.

Em 25 de abril, a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia") deliberou o pagamento de dividendos declarados referentes ao exercício de 2017 no valor de R\$207.447 correspondentes a R\$0,37279 por ação ordinária integrante do capital social integralizado, exceto pelas ações em tesouraria.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao trimestre findo em 31 de março de 2017.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao trimestre findo em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados/revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 22 de fevereiro de 2018 e 8 de maio de 2017, sem ressalvas.

São Paulo, 25 de abril de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referente as informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente, Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios, Diretor Executivo de Negócios Rodoviários e de Negócios Logísticos

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referente as informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente, Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios, Diretor Executivo de Negócios Rodoviários e de Negócios Logísticos

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico